



Concurso Público para Provimento de Vagas em
Cargos Efetivos e de Emprego Público da
Prefeitura Municipal de Assaí

CADERNO DE PROVAS

Cargo

Advogado



Antes de iniciar a prova, leia as instruções abaixo:

1. Espere a ordem do fiscal para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul.
4. A folha de respostas compõe-se de quadrículas. Para assinalá-las, basta preencher toda a quadrícula da questão escolhida, da seguinte forma: ■
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o Fiscal comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Coloque somente seu número de inscrição; não coloque seu nome, nem na folha de respostas, nem nas provas.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal de corredor.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o verso da ficha de comprovação de inscrição, para copiar o gabarito de sua prova.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão afixados no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Assaí, e divulgados via internet, nos sites concursopublico.uniuv.edu.br e www.pmassai.com.br às 17h do dia 30 de maio de 2011.



Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos Efetivos e
de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Assaí

1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:
 - (A) Eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo, realizado em todo o País; eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil habitantes; posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
 - (B) Eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito indireto e simultâneo, realizado em todo o País; eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
 - (C) Eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo, realizado em todo o País; eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
 - (D) Eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito indireto e simultâneo, realizado em todo o País; eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil habitantes; posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
 - (E) Eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito indireto e simultâneo, realizado em todo o País; eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil habitantes; posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, no dia 1º. de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
2. Quanto à fiscalização do Município, assinale a alternativa correta:
 - (A) Será exercida pelo Poder Executivo Municipal, mediante controle interno e externo, na forma da lei.
 - (B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - (C) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição do Prefeito, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
 - (D) As contas dos Municípios ficarão, durante o último ano de mandato, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
 - (E) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.



3. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

- (A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por quatro anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (B) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por quatro anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita estadual na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (C) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o máximo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (D) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- (E) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por quatro anos consecutivos, a dívida fundada; não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

4. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- (A) Elaborar tratados, acordos ou atos internacionais.
- (B) Autorizar o presidente da república a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- (C) Autorizar o presidente e o vice-presidente da república a se ausentarem do país, quando a ausência exceder a quarenta dias.
- (D) Sustar os atos normativos do poder executivo.
- (E) Autorizar o presidente e o vice-presidente da república a se ausentarem do país, quando a ausência exceder a trinta dias.



5. É vedado aos Deputados e Senadores:

- (A) Desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (B) Desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) Desde a expedição do diploma, patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- (D) Desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) Desde a expedição do diploma, ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “*ad nutum*”, em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

6. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- (A) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (B) De um quarto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (C) De um quarto dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; do Procurador-Geral da República; de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (D) De mais da metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (E) De mais da metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

7. Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre:

- (A) organização e funcionamento da administração federal, inclusive com a majoração de despesa e com a criação ou a extinção de órgãos públicos; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (B) organização e funcionamento da administração federal, inclusive com a criação ou a extinção de órgãos públicos, quando não implicar aumento de despesa; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (C) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (D) organização e funcionamento da administração federal, inclusive com a criação ou a extinção de órgãos públicos, quando não implicar aumento de despesa; extinção de funções ou cargos públicos, independente da disponibilidade de vagas.
- (E) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; extinção de funções ou cargos públicos, independente da disponibilidade de vagas.



8. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções:

- (A) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo congresso nacional; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo supremo tribunal federal;
- (B) Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo supremo tribunal federal;
- (C) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo supremo tribunal federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo congresso nacional;
- (D) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo senado federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo supremo tribunal federal;
- (E) Nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo supremo tribunal federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo senado federal;

9. Aos juízes é vedado:

- (A) Exercer outro cargo ou função pública.
- (B) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.
- (C) Exercer a advocacia antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por exoneração.
- (D) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (E) Exercer a advocacia, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

10. A respeito do quórum para a declaração de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (C) Somente pelo voto da maioria absoluta do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) Os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- (E) Os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto dos membros de seu órgão especial.

11. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante recurso extraordinário:

- (A) O "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (B) As causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida versar sobre crime político.
- (C) As causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: contrariar dispositivo da Constituição Federal; declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal; julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (D) As causas decididas em única instância, quando a decisão recorrida: contrariar dispositivo de lei federal; declarar a inconstitucionalidade de qualquer espécie normativa; julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal; julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (E) As causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: contrariar



Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos Efetivos e
de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Assaí

dispositivo de Constituição Federal; declarar a inconstitucionalidade de qualquer espécie normativa; julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal; julgar válida lei local contestada em face da Constituição Federal.

12. Sobre o procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (A) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- (B) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias em noventa dias.
- (D) Declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
- (E) Declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias.

13. A respeito da Súmula Vinculante, assinale a assertiva correta:

- (A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (B) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (C) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, no ano subsequente à sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (D) A revisão ou o cancelamento da Súmula Vinculante ocorrerá apenas de ofício, sendo vedada a provocação do Supremo Tribunal Federal para a reapreciação do conteúdo de Súmula Vinculante.
- (E) Qualquer cidadão poderá pleitear a revisão ou o cancelamento da Súmula Vinculante, contanto que demonstre vício insanável ou a inconstitucionalidade do julgado do Supremo Tribunal Federal.

14. Assinale a alternativa **incorreta** a respeito dos Estados-membros:

- (A) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal de 1988.
- (B) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal de 1988.



- (C) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo lícita a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (D) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (E) Incluem-se entre os bens dos Estados: I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros; III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

15. Identifique a assertiva correta que trata a respeito da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

- (A) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por um terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (B) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, sendo vedada a restrição dos efeitos da referida declaração.
- (C) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria relativa de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração.
- (D) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de recurso ao Pleno do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma do seu Regimento Interno.

16. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- (A) I - tratando-se de mandato eletivo estadual, permanecerá em seu cargo, emprego ou função, contanto que haja compatibilidade de horários; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (B) I - tratando-se de mandato eletivo estadual, permanecerá em seu cargo, emprego ou função, contanto que haja compatibilidade de horários; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens



- de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (C) I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados, como se no exercício estivesse.
- (D) I - tratando-se de mandato eletivo estadual, permanecerá em seu cargo, emprego ou função, contanto que haja compatibilidade de horários; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, permanecendo com a soma das duas remunerações; III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados, como se no exercício estivesse.
- (E) I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, permanecendo com a maior remuneração; III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento; V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
17. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas observará:
- (A) Apenas a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para a investidura; as peculiaridades dos cargos.
- (B) Apenas o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos componentes de cada carreira e as peculiaridades dos cargos.
- (C) Apenas a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (D) Apenas o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (E) Apenas a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.



18. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor público estável só perderá o cargo:
- (A) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado, em processo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (B) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado, em processo no qual lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (C) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado, em processo no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (D) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (E) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado; em virtude de decisão final proferida em processo administrativo, nos termos da lei; em razão de resultado insatisfatório verificado em avaliação periódica de desempenho.
19. Sobre a responsabilidade do Estado, assinale a alternativa correta:
- (A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, independentemente de culpa.
 - (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, não havendo direito de regresso contra o responsável.
 - (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos casos em que for comprovada a existência de dolo ou culpa do servidor.
 - (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado, em qualquer caso, o direito de regresso contra o servidor responsável.
 - (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
20. A respeito da expropriação de glebas destinadas a culturas ilegais de plantas psicotrópicas, assinale a assertiva correta:
- (A) As glebas de qualquer região do País, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, com a devida indenização ao proprietário.
 - (B) As glebas de qualquer região do País, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
 - (C) Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições de caridade.
 - (D) As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas



psicotrópicas serão confiscadas e reverterão em benefício de instituições públicas, mediante indenização do proprietário.

- (E) As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas, com a devida indenização ao proprietário, e destinadas a instituições de caridade.

21. No que diz respeito às licitações, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

- (A) I – quarenta e cinco dias para: concurso e concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; II – trinta dias para concorrência, nos casos não especificados no inciso anterior; tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; III – quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados no inciso anterior, ou leilão; IV – cinco dias úteis para convite.
- (B) I – quarenta e cinco dias para convite; II – trinta dias para concorrência; III – quinze dias para a tomada de preços ou leilão; IV – cinco dias úteis para concurso.
- (C) I – quarenta e cinco dias para: convite e concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral, ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; II – trinta dias para concorrência, nos casos não especificados no inciso anterior; tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; III – quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados no inciso anterior, ou leilão; IV – cinco dias úteis para concurso.
- (D) I – quarenta e cinco dias para: concurso e tomada de preços, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; II – trinta dias para tomada de preços, nos casos não especificados no inciso anterior; concorrência, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; III – quinze dias para a concorrência, nos casos não especificados no inciso anterior, ou leilão; IV – cinco dias úteis para convite.
- (E) I – quarenta e cinco dias para: concurso; II – trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; III – quinze dias para a concorrência e a tomada de preços, nos casos não especificados no inciso anterior, ou leilão; IV – cinco dias úteis para convite.

22. Assinale a alternativa que indica uma hipótese em que a licitação é dispensável.

- (A) Para obras e serviços de engenharia de até 50% (cinquenta por cento) do valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixado como limite pelo artigo 23, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.
- (B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados exclusivamente por órgão ou entidade que integre a Administração Pública.
- (D) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, independentemente do valor.
- (E) Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, alternativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer do Presidente da República.



23. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- (A) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, sendo permitida a preferência de marca e dispensada a comprovação de exclusividade.
- (B) Para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas especialistas, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.
- (C) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, sendo permitida a preferência de marca, e dispensando-se a comprovação de exclusividade.
- (E) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita mediante atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

24. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento de licitação será instruído com os seguintes elementos:

- (A) I – descrição da razão da dispensa, inexigibilidade ou retardamento, com a devida adequação do caso à previsão legal; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço; IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.
- (B) I - descrição da razão da dispensa, inexigibilidade ou retardamento, com a devida adequação do caso à previsão legal; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço; IV - documento de aprovação da negociação.
- (C) I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa, que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa para dispensa, inexigibilidade ou retardamento; IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.
- (D) I - descrição da razão da dispensa, inexigibilidade ou retardamento, com a devida adequação do caso à previsão legal; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa para dispensa, inexigibilidade ou retardamento; IV - documento de aprovação da negociação.
- (E) I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço; IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

25. Quanto ao procedimento da licitação, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
- (B) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação dessa Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.
- (C) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou



Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos Efetivos e de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Assaí

concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

- (D) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- (E) A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

26. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- (A) Habilitação profissional; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.
- (B) Habilitação jurídica; qualificação profissional; qualificação técnica e regularidade fiscal.
- (C) Habilitação técnica; qualificação jurídica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal; e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal.
- (D) Habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal; e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal.
- (E) Habilitação profissional; qualificação jurídica; qualificação técnica e regularidade fiscal.

27. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Nesse sentido, indique a alternativa que menciona as modalidades de garantia que caberão ao contratado optar:

- (A) I - caução em dinheiro; II - garantia; III - fiança bancária.
- (B) I - caução em dinheiro; II - garantia; III - fiança bancária; IV – fiador responsável.
- (C) I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; II - seguro-garantia; III - fiança bancária.
- (D) I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; II - seguro-garantia; III - fiança bancária; IV – fiador responsável.
- (E) I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; II - garantia; III - fiança bancária; IV – fiador responsável.

28. Os contratos regidos pela Lei 8.666/1993 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- (A) Quando houver modificação do projeto para adequação técnica à solicitação constante na licitação quanto à qualidade do serviço prestado ou do bem fornecido; por oportunidade e conveniência do Interesse Público; quando necessária a modificação do valor contractual, em decorrência de acréscimo significativo de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.
- (B) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; por oportunidade e conveniência do Interesse Público; quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição significativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.
- (C) Quando houver modificação do projeto para adequação técnica à solicitação constante na



licitação quanto à qualidade do serviço prestado ou do bem fornecido; quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.

- (D) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.
- (E) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; por oportunidade e conveniência do Interesse Público; quando necessária a modificação do valor contractual, em decorrência de alteração significativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.

29. Assinale a alternativa incorreta a respeito da rescisão dos contratos da Administração Pública:

- (A) A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
- (B) A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- (C) A rescisão do contrato poderá ser judicial, nos termos da legislação.
- (D) A rescisão do contrato poderá ocorrer em razão de requerimento do contratado nos casos dos incisos XVI a XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
- (E) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

30. A respeito de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública, assinale a alternativa incorreta:

- (A) De acordo com o Decreto Lei 200, de 1967, a Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- (B) De acordo com o Decreto Lei 200, de 1967, a Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência, ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- (C) De acordo com o Decreto Lei 200, de 1967, a Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta.
- (D) De acordo com o Decreto Lei 200, de 1967, a Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criada por lei para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- (E) De acordo com o Decreto Lei 200, de 1967, quando a atividade da Sociedade de Economia Mista for submetida a regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à União, em caráter permanente.



31. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:

- (A) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (B) Patrimônio, renda ou serviços do contribuinte; templos de qualquer culto; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (C) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de culto exclusivamente religioso, sem fins lucrativos; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (D) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; templos de qualquer culto, sem fins lucrativos; patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais e periódicos.
- (E) Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros e dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

32. É vedado à União:

- (A) A concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (B) Mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo 153 da Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- (C) Na iminência ou no caso de guerra externa, instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (D) Instituir tributo uniforme em todo o território nacional, sendo admitida, contudo, a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- (E) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.



33. A União poderá instituir:

- (A) Isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (B) Impostos não previstos na Constituição Federal, utilizando a base de cálculo e o fato gerador do imposto sobre produtos industrializados.
- (C) Impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, contanto que esteja na iminência ou em guerra externa, e que estes serão suprimidos gradativamente quando cessadas as causas de sua criação.
- (D) Tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, proporcionando equilíbrio entre os Estados-membros de acordo com a capacidade de contribuição de cada um.
- (E) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços.

34. De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é:

- (A) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- (B) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (C) Toda prestação pecuniária instituída em lei que não constitua sanção de ato ilícito, cobrada em moeda ou por valor que nela se possa exprimir, mediante atividade administrativa discricionária do Poder Público.
- (D) Toda prestação pecuniária instituída em lei, que não constitua sanção de ato ilícito, cobrada em moeda ou por valor que nela se possa exprimir, mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (E) Toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.

35. A respeito de imposto, taxas e contribuição de melhoria, assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- (A) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (B) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do poder de polícia, ou a regular prestação de serviço público essencial ao contribuinte.
- (C) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas
- (D) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (E) Compete à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes.



36. Assinale a assertiva incorreta a respeito do Imposto sobre produtos industrializados:
- (A) A competência para instituir o Imposto sobre Produtos Industrializados é da União;
 - (B) O fato gerador do imposto sobre Produtos Industrializados pode ser o seu desembarço aduaneiro, quando de procedência estrangeira.
 - (C) O fato gerador do imposto sobre Produtos Industrializados pode ser a sua saída dos estabelecimentos de importador, industrial, comerciante ou arrematante.
 - (D) O fato gerador do imposto sobre Produtos Industrializados pode ser a sua aquisição pelo contribuinte.
 - (E) Para os efeitos do Imposto sobre Produtos Industrializados, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.
37. Indique a alternativa correta sobre os empréstimos compulsórios.
- (A) Os empréstimos compulsórios serão instituídos pela União para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de crises financeiras e da guerra civil ou sua iminência.
 - (B) A União poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter alimentar e de relevante interesse econômico, visando suprir crise financeira.
 - (C) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
 - (D) Em caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos pela União por meio de Medida Provisória.
 - (E) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios e cobrá-los no mesmo exercício financeiro de publicação da referida espécie normativa, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
38. Assinale a alternativa correta a respeito do serviço da iluminação pública, de acordo com a Constituição Federal de 1988.
- (A) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observados os princípios da legalidade e da anterioridade.
 - (B) É obrigatória a cobrança da contribuição pelo serviço da iluminação pública na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (C) A União poderá instituir contribuição, na forma da respectiva lei complementar, para o custeio do serviço de iluminação pública.
 - (D) As taxas cujo fato gerador é a prestação efetiva do serviço público de iluminação pública serão cobradas na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (E) A regular prestação do serviço público de iluminação pública caracteriza o fato gerador das taxas, que poderão ser instituídas pela União, observados os princípios da legalidade e da anterioridade.



39. Referente à aplicação da legislação tributária, indique a alternativa correta.
- (A) A lei aplica-se a ato ou fato presente, aplicando-se penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (B) A lei aplica-se apenas a fatos presentes quando exclusivamente interpretativa, sendo excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (C) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando se tratar de ato não definitivamente julgado exclusivamente, quando deixe de defini-lo como infração.
 - (D) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, quando se tratar de ato não definitivamente julgado, apenas quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
 - (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.
40. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:
- (A) I - à capitulação legal do fato; II - à extensão dos efeitos do fato; III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; IV - à penalidade aplicável; V - o efetivo resultado do fato gerador.
 - (B) I - à capitulação legal do fato; II - à extensão dos efeitos do fato; III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação; V - à capacidade financeira do contribuinte.
 - (C) I - à capitulação legal do fato; II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos; III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação; V - à capacidade financeira do contribuinte.
 - (D) I - à capitulação legal do fato; II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos; III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.
 - (E) I - à capitulação legal do fato; II - às circunstâncias materiais do fato; III - à extensão dos efeitos do fato como resultado proporcionalmente considerado para a fixação do valor da penalidade; IV - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; V - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.



FOLHA DE RESPOSTAS

EMPREGO PÚBLICO	Nº. DE INSCRIÇÃO
Advogado	_____

Preencha toda a quadrícula correspondente à resposta certa. Mais de uma resposta na coluna anulará a questão, mesmo que uma esteja correta.

QUESTÕES																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

QUESTÕES																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

Nº. DE RESPOSTAS CERTAS	NOTA	RUBRICA DO AVALIADOR